

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhores Presidentes das Assembleias e Juntas de Freguesia,
Senhoras e senhores vereadores, e demais eleitos nos órgãos autárquicos do Município,
Senhoras deputadas à Assembleia da República,
Senhoras e senhores dirigentes dos órgãos sociais das entidades homenageadas,
Minhas senhoras e meus senhores,

O salão nobre dos Paços do Concelho é, uma vez mais, o local que testemunha um dos momentos solenes mais importantes na vida do nosso Município. Com a distinção de entidades individuais ou colectivas, de jovens, mulheres e homens, das forças vivas do nosso concelho, daqueles que ao longo dos tempos têm contribuído para o desenvolvimento da nossa terra, seja no plano económico, social, cultural, desportivo ou outro, reconhecemos e agradecemos todo o seu trabalho, dinamismo, empenho e visão em prol da nossa comunidade.

Este ano homenageamos duas coletividades que são um marco na referência do movimento associativo popular do nosso município. Duas colectividades que têm dado muito às nossas gentes, desde a sua formação, seja pela forma como intervieram no plano cultural e desportivo, mas, e acima de tudo, na maneira como provocaram mentalidades e agitaram gerações, incentivando o debate de ideias, contrariando um regime que impedia a liberdade de expressão e pensamento, proporcionando aos seus associados e famílias o conhecimento, o acesso à cultura e às artes, que antes estava arredado dos pequenos núcleos populacionais.

Inicialmente denominado Futebol Clube Banheirense, surge em 1936, aquele que viria a ser o Ginásio Atlético Clube. Uma colectividade de referência na freguesia da Baixa da Banheira, e no concelho da Moita, que faz parte integrante da nossa história recente e que teve um contributo importante no desenvolvimento e progresso de uma terra de gente humilde e trabalhadora.

O crescimento do clube em paralelo com o Bairro onde estava integrado, foi revelando outras carências e fundamentou a necessidade de criar um clube estruturado e devidamente enquadrado, que começou, formalmente, a 1 de Junho de 1938.

O Ginásio foi e é uma casa de referência no combate à ditadura, à privação de direitos e exploração, foi na sua sede que se realizaram alguns dos momentos políticos e culturais mais importantes antes e após o 25 de Abril de 1974, num espaço que foi abrindo caminho para a liberdade.

Se existe símbolo da luta do nosso povo, dos trabalhadores, pela liberdade, na Baixa da Banheira, esse símbolo é o Ginásio Atlético Clube.

Por seu turno, na Moita, a Sociedade Filarmónica Capricho Moitense, nascida em Maio de 1928, após um período conturbado, direccionou a sua atividade para a música, teatro e dança. A colectividade foi crescendo, dinamizando a vida cultural da freguesia e do concelho, criou a sua sede, diversificou as suas atividades e ocupou um lugar de destaque. Com o 25 de Abril, a Sociedade atravessou dificuldades organizativas mas com o esforço e empenho dos seus dirigentes e associados foi retomando a sua atividade recreativa e cultural, e hoje a Capricho, como assim é carinhosamente tratada pelas gentes da Moita, é uma referência no movimento associativo, especialmente no plano das danças de salão.

O movimento associativo popular continua a ser um pilar fundamental na nossa vida em sociedade, com cerca de 30 mil colectividades e associações, envolvendo mais de 400 mil dirigentes associativos, e com 3 milhões de associados. Ele está fortemente enraizado e estruturado no plano regional e nacional, promovendo, a democratização da atividade cultural, recreativa, e desportiva, mas também social, que constitucionalmente compete ao Estado assegurar, mas que sem o envolvimento das autarquias seria praticamente inexistente.

E também as coletividades têm procurado sobreviver a todas medidas e imposições que têm sido decretadas e que têm agravado as condições de vida

dos trabalhadores e das famílias, com repercussões na participação popular na vida associativa e no exercício de cargos dirigentes, medidas que agravam a carga fiscal, as despesas de funcionamento e intensificam as ações inspectivas e repressivas, conduzindo à asfixia financeira de muitas colectividades.

Uma situação que tem sido extensiva ao Poder Local Democrático, com a concretização de políticas nefastas para a gestão e autonomia dos Municípios, nomeadamente com a constante redução das transferências financeiras do Orçamento do Estado para as autarquias locais, numa violação indecorosa das sucessivas Leis das Finanças Locais, a par do aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, e dos seus custos de funcionamento.

A Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, o Programa de Apoio à Economia Local, a par de outras imposições servem apenas para minorizar o papel do Poder Local Democrático, e deixar em aberto mais um ataque às populações, e ao seu direito de acesso ao serviço público que as autarquias prestam.

E nesta limitação à capacidade de ação do Poder Local, insere-se também a redução de mais de mil freguesias em todo o território nacional. Extinguir freguesias, privar as populações da proximidade ao poder local é um dos maiores atentados às conquistas de Abril, que merece o repúdio de todos aqueles que defendem uma sociedade progressista e mais justa.

E para alcançarmos essa sociedade não podemos aceitar medidas que representam um retrocesso social e civilizacional, como o alargamento do horário laboral para os trabalhadores da Administração Pública, de 35 para 40 horas, agora estabelecido como limite mínimo, o que representa mais 41 dias de trabalho e uma desvalorização salarial que ronda os 18%.

Uma medida que é vergonhosamente imposta aos trabalhadores, com todas as alterações que implica no âmbito da organização dos serviços, nomeadamente na Administração Local, e que é, como dizia, imposta no decurso do período

eleitoral, mais precisamente a partir do dia seguinte às eleições autárquicas, a 30 de Setembro.

Todo este processo, e os procedimentos que têm pautado a atuação dos sucessivos governos responsabilizando os trabalhadores da Função Pública por anos de políticas erradas, merece o nosso repúdio, e não poderíamos deixar de estar solidários com a luta dos trabalhadores.

Porque as eleições são o momento para nos expressarmos e fazermos ouvir a nossa voz, aproveito esta sessão para apelar à participação cívica de todos nas eleições autárquicas do próximo dia 29, que é também o momento para defendermos o Poder Local Democrático.

Importa lembrar que só uma cidadania activa e participada permite a construção de uma sociedade mais justa, e todos temos o dever de exercer o nosso direito de voto, um direito que só pode ser exercido na sua plenitude fruto de várias décadas de luta de homens, e principalmente, de mulheres a quem esse direito esteve vedado. Cumpre-nos honrar essa memória e essa luta, e hoje, em liberdade 39 anos após o 25 de Abril de 1974, é preciso escolher, discutir ideias, decidir e participar votando.

Meus amigos,

Esta é a última sessão solene do Dia do Município a que presido na qualidade de Presidente da Câmara. Não quero, nem posso, por isso, deixar de agradecer a todos aqueles que ao longo dos últimos 19 anos, primeiro como vereador e depois como presidente, trabalharam comigo na autarquia, os eleitos, os trabalhadores e todas as forças vivas para construir um concelho melhor para todos.

A todos o meu muito obrigado.

Bem hajam.